

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

MUNICÍPIO DE SALOÁ
Estado de Pernambuco

EXERCÍCIO 2022

PREFEITO: RIVALDO ALVES DE SOUZA JÚNIOR



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1.EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3
1.1. ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS	3
1.1.1. ANÁLISE DA RECEITA	4
1.1.2. ANÁLISE DA DESPESA	4
1.1.3. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	5
1.1.4. DESPESA POR FUNÇÃO	5
1.1.5. DESPESA POR NATUREZA	6
2. GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA	6
2.1. DESPESA TOTAL COM PESSOAL	6
3. PERCENTUAIS OBRIGATÓRIOS: SAÚDE E EDUCAÇÃO	7
4. DÍVIDA PÚBLICA	8
5. DUODÉCIMO	9
6. PATRIMÔNIO PÚBLICO	9
10. CONCLUSÃO	10



APRESENTAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar a Vossas Senhorias o RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO, em cumprimento a Lei Federal 4.320/64, e Dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000), onde retrata a transparência financeira município de Saloá. Nele contém as informações sobre a Execução Orçamentária; Análises das Receita e Despesas; bem como no relatório destacamos os resultados de receitas arrecadadas, despesas por natureza, despesas por função, Créditos Orçamentários; Balanços Financeiro; Dívida Consolidada; Despesa com Pessoal; Aplicação em Educação e Saúde, Repasse do Duodécimo, relativo ao exercício de 2022.

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS

A Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº 601, de 29 de novembro de 2021, orça:

❖ Receita em R\$ 58.900.000,00 (cinquenta e oito milhões, novecentos mil reais), distribuída da seguinte forma:

I – Receita do Orçamento Fiscal R\$ 38.702.900,00 (trinta e oito milhões, setecentos e dois mil e novecentos reais);

II – Orçamento da Seguridade Social R\$ 20.197.100,00 (vinte milhões, cento e noventa e sete mil e cem reais), compreendendo:

a) Orçamento da Saúde R\$ 11.408.100,00 (onze milhões, quatrocentos e oito mil e cem reais);



b) Orçamento da Assistência Social R\$ 2.175.000,00 (dois milhões, cento e setenta e cinco mil reais);

c) Orçamento da Previdência Social R\$ 6.614.000,00 (seis milhões, seiscentos e catorze mil reais).

- ❖ A Despesa 58.398.300,00 (cinquenta e oito milhões, trezentos e noventa e oito mil e trezentos reais), ficando uma Reserva de Contingência de R\$ 501.700,00 (quinhentos e um mil e setecentos reais).

1.1.1. ANÁLISE DA RECEITA

	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA
RECEITAS CORRENTES	R\$ 51.445.500,00	R\$ 65.220.993,25
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 2.153.500,00	R\$ 2.743.569,74
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 5.301.000,00	R\$ 6.866.426,36
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 58.900.000,00	R\$ 74.830.989,35

O coeficiente da receita arrecadada em relação à receita orçada para o ano de 2022 foi de 122,39%. O percentual de arrecadação foi satisfatório, apresentando superávit de arrecadação, evidenciando que o orçamento foi previsto dentro de valores reais e alcançáveis.

1.1.2. ANÁLISE DA DESPESA

	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA
DESPESA CORRENTE	R\$ 58.552.339,03	R\$ 56.662.990,28
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 5.735.804,67	R\$ 5.714.328,36
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	R\$ 6.919.438,56	R\$ 6.911.066,79
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 71.207.582,26	R\$ 69.288.385,43



1.1.3. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Como vimos anteriormente a receita recebida durante o período foi R\$ 74.830.989,35, já a despesa executada (empenhada) perfaz o valor de R\$ 69.288.385,43 gerando assim, Resultado Orçamentário de R\$ 5.542.603,92.

1.1.4. DESPESAS POR FUNÇÃO

Considerando as despesas por função, podemos observar o comportamento da educação e saúde, com os percentuais de 26,85% e 19,46%, respectivamente, em relação ao total das principais elencadas no demonstrativo a seguir:

DESPESAS POR FUNÇÃO		
FUNÇÃO	VALOR R\$	% EXECUÇÃO
Legislativa	1.984.724,00	2,85
Administração	8.632.130,32	12,41
Assistência Social	2.068.526,05	2,56
Previdência Social	8.527.212,85	12,29
Saúde	13.621.048,91	19,46
Educação	20.016.438,56	26,85
Cultura	17.700,00	0,03
Urbanismo	5.048.561,57	7,28
Saneamento	100,00	0,0
Agricultura	81.281,37	0,12
Organização Agrária	142.846,88	0,21
Indústria	397.230,23	0,57
Desporto e Lazer	97.007,71	0,14
Encargos Especiais	2.505.764,14	3,61
Transporte	1.147.571,11	1,66
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	6.919.438,56	9,97



TOTAL	71.207.582,26	100%
--------------	----------------------	-------------

1.1.5. DESPESAS POR NATUREZA

Analisando as despesas por natureza, podemos observar que o principal gasto/investimento foi em despesas de pessoal, com o percentual de 55,13% em relação ao total das principais elencadas no demonstrativo a seguir:

DESPESA POR NATUREZA		
NATUREZA	VALOR R\$	% EXECUÇÃO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.255.179,73	55,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	132.750,95	0,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.164.408,35	26,91
INVESTIMENTOS	5.434.201,23	7,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	301.603,44	0,42
DESPESAS INTRA -ORÇAMENTÁRIOS	6.919.438,56	9,72
TOTAL	71.207.582,26	100,00

2. GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

2.1 DESPESA COM PESSOAL

As receitas que o município arrecada, não tem liquidez perante as obrigações que a legislação impõe. A legislação do país impossibilita que o gestor consiga manter a aplicação de 54% com a despesa com pessoal, já que é baseado em um cálculo antigo, que é feito conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi elaborada e entrou em vigor no ano de 2000. Em mais duas décadas de sua elaboração, os cenários político, econômico e social do Brasil não são os mesmos. Tendo por base o próprio



valor do salário mínimo, que na época de criação da LRF era menor que R\$ 151,00 e em 2022 foi de 1.212,00, representando um aumento de 802,65%, levando-se em consideração que a maioria dos servidores recebem salário mínimo obrigatório. Outro ponto que interfere no percentual de gasto com pessoal é criação de programas, pelo governo Federal, com determinação de quantitativo do quadro de funcionários, porém o recurso que chega é insuficiente para manter o quadro e o pleno funcionamento do serviço, fazendo com que o Município precise arcar com recurso próprio para manter a execução e atender a população. Sem contar que os municípios tem uma pequena quantidade, em real, de arrecadação de receita própria, e para sua sobrevivência, contam com a ajuda do Governo Federal e Estadual.

1º Quadrimestre

Período: janeiro a abril de 2022

Despesa total com pessoal – Executivo – 59,09%

Despesa total com pessoal – Consolidado – 61,5%

2º Quadrimestre

Período: maio a agosto de 2022

Despesa total com pessoal – Executivo – 59,99%

Despesa total com pessoal – Consolidado – 59,25%

3º Quadrimestre

Período: setembro a dezembro de 2022

Despesa total com pessoal – Executivo – 55,63%

Despesa total com pessoal – Consolidado – 58,02%

3. PERCENTUAIS OBRIGATÓRIOS

Dando prioridade a educação e a saúde, em especial ao desenvolvimento do ensino, a Constituição Federal de 1988, alterada posteriormente pela Emenda Constitucional nº 29, definiu percentuais mínimos a serem aplicados pelos Municípios no desenvolvimento do Ensino, 25% (vinte e cinco por cento), e nas ações de saúde, 15% (quinze por cento). A administração Municipal, graças ao



constante acompanhamento realizado pelo Sistema Integrado de Controle Interno, cumpriu com as determinações legais, aplicando recursos no desenvolvimento do ensino e nas ações de saúde cujos valores atingiram os percentuais exigidos.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25,20%
Limite mínimo a ser aplicado	25,00%
Manutenção com ações e serviços públicos de saúde	19,23%
Limite mínimo a ser aplicado	15,00%

Quanto ao cumprimento do art. 22 da Lei 11.494/2007 (Lei do FUNDEB), verifica-se o cumprimento na forma a seguir:

Aplicação na Remuneração de profissionais do Magistério	86,96%
Limite mínimo a ser aplicado	70,00%

4. DÍVIDA PÚBLICA

Outro item que foi tratado com muito cuidado pela administração municipal durante o exercício financeiro de 2022, foi a Dívida Pública. Levando em consideração que o Município de Saloá não dispõe de um grande volume de receitas que possam garantir compromissos futuros, o Município não realizou operações de créditos, como também não lançou títulos no mercado, não ofereceu avais nem garantia. Sua dívida resulta do parcelamento de débitos junto ao INSS.

1º quadrimestre – período de janeiro a abril de 2022.

Dívida Consolidada – em R\$ 1,00	R\$ 830.277,73
Dívida Consolidada Líquida - em R\$ 1,00	- R\$ 4.443.808,79
Percentuais em relação à Receita Corrente Líquida	
Dívida Consolidada	1,59%
Dívida Consolidada Líquida	- 8,49%

2º quadrimestre – período de maio a agosto de 2022.

Dívida Consolidada – em R\$ 1,00 –.....	R\$ 752.250,21
Dívida Consolidada Líquida – em R\$ 1,00 -.....	- R\$ 7.073.525,32
Percentuais em relação à Receita Corrente Líquida	
Dívida Consolidada	1,27%



Dívida Consolidada Líquida- 11,99%

3º quadrimestre – período de setembro a dezembro de 2022.

Dívida Consolidada – em R\$ 1,00 R\$ 4.470.326,69

Dívida Consolidada Líquida – em R\$ 1,00 R\$ 782.270,30

Percentuais em relação à Receita Corrente Líquida

Dívida Consolidada 7,39%

Dívida Consolidada Líquida1,29%

5. DUODÉCIMO

Os valores mensais destinados ao Poder Legislativo durante o exercício financeiro de 2022 foram repassados em observância ao disposto no art. 29-A da Constituição Federal, no que diz respeito aos prazos. O valor repassado foi de R\$ 3.131.774,20 (Três milhões e cento e trinta e um mil e setecentos e setenta e quatro reais e vinte centavos). As análises das metas foram feitas tomando por base os resultados divulgados através dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal publicados referentes a cada bimestre e quadrimestre do exercício. Nossos trabalhos contaram com a colaboração da Navasil Consultoria e Assessoria Técnica, empresa de assessoria contábil sob a responsabilidade do senhor Natanael de Vasconcelos Silva, TC CRC/PE 007497/O-2.

6. PATRIMÔNIO PÚBLICO

Realizou-se o levantamento de todo patrimônio municipal, representado pelos bens móveis e imóveis, para realização do devido tombamento, de modo a oferecer um inventário real, com a identificação dos responsáveis pela guarda dos mesmos. Este levantamento evidenciou que o município possui um patrimônio total



avaliado em R\$ 44.397.120,30, sendo dividido em R\$ R\$ 5.248.648,67 de bens móveis e R\$ 39.148.471,63 de bens imóveis, apurados antes da aplicação das regras de depreciação, exaustão e amortização.

CONCLUSÃO

Conforme apresentado O Município de Saloá teve sua gestão voltada para cumprir as metas estabelecidas no orçamento, respeitado a Legislação pertinente. Considerando as informações apresentadas neste relatório, entendemos que as metas da Gestão Municipal foram cumpridas, tendo as despesas com pessoal um pouco acima do estabelecido.

